

## XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

### GT 11 – Informação & Saúde

#### COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS DE ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Carolina Orrico Santos (Universidade Federal da Bahia - UFBA)

Jussara Borges de Lima (Universidade Federal da Bahia - UFBA)

#### *INFOCOMMUNICATION SKILLS OF ACTORS INVOLVED IN THE PROCESS OF FORMULATION OF PUBLIC HEALTH POLICIES*

#### **Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral**

**Resumo:** Este artigo faz parte de uma pesquisa sobre o fluxo informacional no processo de formulação das políticas públicas em saúde, com uma análise a partir do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia. Para este trabalho, o objetivo é a discussão de competências infocomunicacionais demandadas dos atores governamentais e os não governamentais, que participam do processo de formulação dessa política pública. Esta compreensão é imprescindível para a pesquisa, tendo em vista que tais sujeitos devem, dentre outras atividades, interpretar os dados nos sistemas de informação em saúde, para identificar a demanda e as necessidades de políticas em saúde. Essas competências serão analisadas sob a proposta conceitual das competências infocomunicacionais de Borges (2013). O procedimento metodológico adotado foi de levantamento bibliográfico e levantamento de dados de campo, com aplicação de entrevistas piloto e análise de documentos. Os resultados parciais apontam para a existência de competências infocomunicacionais, contudo, incipiente quanto: a utilização e o manuseio das plataformas digitais, tendo em vista que as habilidades operacionais constituem um empecilho para o avanço na compreensão e uso da informação. Além disso, a avaliação da informação se apresenta constrangida por forças políticas na definição das pautas nas agendas governamentais. Diante disso, observa-se que, tais competências carecem de maior divulgação entre os atores envolvidos na formulação das políticas pública em saúde, para que estas sejam formuladas com maior precisão em proveito de toda sociedade.

**Palavras-Chave:** Competências Infocomunicacionais. Competências Operacionais. Competência em Informação. Competência Comunicacionais. Políticas Públicas em Saúde.

**Abstract:** This article is part of a research on the information flow in the process of formulating public health policies, with an analysis from the State Health Council of the State of Bahia. For this work, the objective is the discussion of infocomunicacionales competences demanded of the governmental and non-governmental actors, who participate in the process of formulation of this public policy. This understanding is essential for the research, considering that such subjects must, among other

activities, interpret the data in the health information systems, to identify the demand and the needs of health policies. These competencies will be analyzed under the conceptual proposal of the infocommunication competences of Borges (2013). The methodological procedure adopted was a bibliographical survey and field data collection, with the application of pilot interviews and document analysis. The partial results point to the existence of infocommunicational competences, however, incipient as: the use and handling of digital platforms, considering that operational skills are an obstacle to the advancement in the understanding and use of information. In addition, the evaluation of information is constrained by political forces in the definition of guidelines in government agendas. In view of this, it is observed that such competencies need to be more widely disseminated among the actors involved in the formulation of public health policies, so that these are formulated more accurately for the benefit of every society.

**Keywords:** Infocommunicational Competencies. Operational Skills. Information Skills. Communication Skills. Public Health Policies.

## **1 INTRODUÇÃO**

Castells (2000) afirma que se vivencia uma sociedade informacional, global e em rede desde o final do século XX, pois a produção do conhecimento está crescentemente amparada na gestão e aplicação da informação que circula e é armazenada no ambiente digital. Com as tecnologias de informação e comunicação, o fluxo informacional alcançou uma velocidade que impacta na capacidade humana de seleção e processamento desses conteúdos em diversos âmbitos. No âmbito da informação em saúde para a formulação de políticas públicas, seu uso abrange competências de manuseio de sistemas para recuperação da informação, apropriação dos conteúdos e tradução das informações em proposições para projetos e programas governamentais.

No Estado da Bahia, a Secretaria de Saúde (SESAB) em consonância com o Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Estadual de Saúde (CES) e/ou das parcerias público-privadas se responsabilizam pela operacionalização destas políticas, incluindo a disseminação das informações produzidas nesse contexto.

Atuam no Conselho atores governamentais (parlamentares) e atores não governamentais (grupos de pressão), como usuários de informações que permeiam as instituições públicas e privadas, no que tange à saúde, ao mesmo tempo em que, também, caracterizam-se como produtores de conteúdo, uma vez formulada a política pública em saúde que será difundida para sociedade.

Só a complexidade de uso dos sistemas de saúde já evidenciaria por si só a demanda de competências no acesso à informação. No entanto, este trabalho não se restringe às competências para operar sistemas (competências operacionais), pois avança para entender

as competências em informação requeridas: onde buscar as informações, sob quais critérios avaliá-las e como traduzi-las em políticas públicas em saúde coerentes com a carência de determinada localidade. Considerando que o processo de formulação de políticas envolve negociação de sentidos, distribuição de conteúdos e trabalho em colaboração, este artigo também considera as competências em comunicação. As convergências das competências exemplificadas neste parágrafo conformam o conceito das competências infocomunicacionais proposto por Borges (2013).

Portanto, para viabilidade da pesquisa faz-se necessária a compreensão e análise das competências infocomunicacionais, no intuito de que restem claro quais as competências demandadas desses atores, haja vista a complexidade dos fluxos informacionais inerentes à formulação de políticas públicas, no âmbito do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia.

## **2 AS COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS**

O presente estudo adota como modelo conceitual as competências infocomunicacionais de Borges (2013), ilustrado pela representação da Figura 1:

**Figura 1: Competências infocomunicacionais.**



Fonte: (Borges, 2013, p.107).

Para Borges (2013) as competências infocomunicacionais são desenvolvidas em conjunto, tendo em vista que se entrelaçam e possuem implicações diretas umas nas outras.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Contudo, o indivíduo pode progredir mais em determinadas competências a depender de fatores contextuais e sociais, por exemplo.

As competências operacionais referem-se àquelas em que os atores sabem operar artefatos eletrônicos, bem como seus sistemas de navegação e ferramentas necessárias às suas atividades. Para formular as políticas públicas em saúde os atores envolvidos precisam saber manusear os instrumentos de rede e os sistemas de informação em saúde, a exemplo do DataSus.

As competências operacionais foram organizadas por Borges e Cerqueira (2016) em: saber operar computadores e aplicativos, navegadores de internet, motores de busca de informação, mecanismos de comunicação e recursos para produção de conteúdos. Contudo, o desenvolvimento de tais competências vai além do que se pode aprender em cursos de informática e internet porque abrange a compreensão das mutações e os avanços tecnológicos. Ademais, não há que se confundir o acesso a tais recursos com o desenvolvimento da competência operacional, a qual requer atitudes de reflexão sobre o papel das tecnologias na sociedade.

Assim, a cibercultura de Levy (2000), ao ser definida como um conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensar e valores em um ambiente digital interage com competência operacional enquanto processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal em meios digitais.

Lévy (1999, p.17) conceitua a cibercultura a partir dos ciberespaços ao afirmar que:

O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo 'cibercultura', especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

No contexto dos atores governamentais e não governamentais que participam do processo de formulação das políticas públicas em saúde, esses agentes devem saber operar computadores, internet, software e programas específicos, sites de buscas e de relacionamentos. Contudo, não podem deixar de saber lidar com os materiais não digitais como documentação em papel e os relatos verbais de pessoas de uma comunidade que sofre determinada epidemia, por exemplo.

Já a competência em informação, que também aparece na literatura como

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

competência informacional, letramento, alfabetização e literacia, dentre outras, é definida por Borges (2013, p. 110) como:

De forma genérica, a competência informacional está relacionada à simbiose de conhecimentos, habilidades e atitudes para perceber uma necessidade de informação, localizar rapidamente a informação necessária, avaliar sua pertinência e qualidade, e aplicá-la adequadamente.

Este, também, é o entendimento de Bundy (2003, p.03) ao afirmar que:

[...] a alfabetização em informação é a capacidade de compreensão e um conjunto de habilidades, que possibilitam ao indivíduo reconhecer quando necessita de alguma informação, podendo então localizá-la e utilizá-la de forma eficaz.

Portanto, a competência em informação não é algo estanque, mas está atrelada a capacidade de adequar a habilidade de busca, armazenamento e uso da informação para cada necessidade. Essa busca nos sistemas de saúde, por exemplo, deve partir de palavras-chave, para que o foco de busca não se disperse. A gestão obedece a critérios, sendo o principal deles, organizar para recuperar o que for necessário. A utilização de maneira contextualizada, por exemplo, para o desenvolvimento de um relatório ou produção de conteúdo.

Cabe enaltecer que saber selecionar as informações importantes e verídicas avaliar as informações a partir de critérios, como comparação de fontes com a experiência na área e o bom senso das pessoas.

Afirma Zurkowski (1974, p.6) que:

Pessoas treinadas para a utilização de fontes de informação em seu trabalho podem ser chamadas de competentes em informação (*information literates*). Elas devem aprender técnicas e habilidades para lidarem como uma gama de ferramentas informacionais, bem como fontes primárias, para encontrarem informação visando a solução de seus problemas.

Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014, p.61) também enfatizam a avaliação da informação: "a competência em informação é considerada como um processo e tem por finalidade desenvolver competências e habilidades informacionais para aprimorar o pensamento crítico e analítico das pessoas em relação ao universo informacional [...]".

Por sua vez, o componente de autoavaliação da competência em informação se aproxima do conceito de *metaliteracy* de Mackey e Jacobson (2011) ao acrescentar o componente metacognitivo do acesso e da avaliação de determinada informação, que permite ao indivíduo a reflexão do seu papel perante o uso, produção e compartilhamento

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

de conteúdos.

Para os atores governamentais e não governamentais que participam do processo de formulação das políticas públicas em saúde, as competências em informação são imprescindíveis, pois devem saber coletar, selecionar e usar as informações verídicas e pertinentes para a proposição de políticas. Um exemplo é a política para os portadores de hepatites virais, onde as informações devem ser buscadas nas localidades do município com alta incidência, em grupos de proteção, nos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde, no DataSus, no Ministério da Saúde e nas produções científicas recentes da área.

Além disso, o ator que formula as políticas públicas de saúde esbarra na exigência de desenvolver habilidades para avaliar a informação encontrada, haja vista que essa atividade requer um constante exercício cognitivo para saber selecionar a informação considerando desde a confiabilidade da fonte até a análise de seus conteúdos frente a contextos específicos.

Já a competência em comunicação manifesta-se interação com o outro. Borges (2013, p.116) pontua que:

[...] se compreendermos a comunicação como o estabelecimento de uma relação com alguém, as competências em comunicação envolvem a capacidade de interação, argumentação, partilha, trabalho colaborativo e participação em redes e comunidades de acordo com os interesses de cada indivíduo ou organização.

Siemens (2010) enaltece que o avanço das tecnologias e das redes colaborativas que contribuíram para o aumento da conexão dos indivíduos e, conseqüentemente, da produção e transmissão de informações e conhecimentos, em contexto que demanda o saber das competências infocomunicacionais. Nesse contexto, observa-se que a competência comunicacional não é estanque e se transforma conforme a sociedade vai evoluindo e acrescentando outros meios de interação, os quais estão cada vez voltados para uma participação e construção coletiva do saber.

Borges e Cerqueira (2016) apresentam os componentes das competências comunicacionais em: estabelecer e manter comunicação, criar laços sociais, construir conhecimento em colaboração e avaliar a comunicação. Diante disso, a competência comunicacional dos atores que participam da formulação das políticas públicas em saúde consiste não apenas em saber falar, escrever e ler jornais, mas em compreender o mundo digital e suas redes para entender e trocar mensagens individuais e em grupos nessa

construção de um novo lugar onde a comunicação requer percepções extras e novas linguagens.

Coadunando com objetivo empírico deste trabalho, não há como formular uma política pública em saúde sem a interação ente uma rede de pessoas envolvidas com os conselhos de saúde, as organizações civis sobre saúde, os pesquisadores da área e os institutos de pesquisa, os parlamentares e seus assessores, além do próprio governo, a fim de que se possa planejar a agenda governamental com proposições na área da saúde que converjam interesses locais, nacionais e internacionais, conforme ditames da própria Organização Mundial de Saúde (OMS).

### **3 INFORMAÇÃO NA ATUAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE**

Faz-se necessário entender que não há um conceito único de informação na sociedade, tendo em vista que os fenômenos naturais e sociais são mutáveis. Um mesmo símbolo pode transmitir informações diferentes a depender do seu contexto social, econômico e histórico.

Lara e Conti (2003, p.03), a partir de Buckland (1991) compreendem que:

Numa abordagem pragmática, a informação pode ser distinguida, como: processo (que se relaciona à alteração de um estado de conhecimento); conhecimento (o que é comunicado, o que concerne a algum fato, evento ou assunto particular, o que reduz – ou aumenta<sup>1</sup> – a incerteza); e "coisa" (atributo de objetos – documentos ou dados referidos como informação por serem considerados "informativos").

Nesse sentido, observa-se que a informação possui dimensões enquanto processo, conhecimento e coisa, contudo, tais entendimentos convergem para percepção de que é a informação a propulsora do desenvolvimento de uma sociedade na atualidade.

Aldo Barreto (1994) afirma que:

A informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive. Assim, como agente mediador na produção do conhecimento, a informação qualifica-se, em forma e substância, como estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e seu grupo.

Observa-se em Werthein (2000) que, a 'sociedade da informação' foi um termo que surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos da América e no Japão, com as discussões

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

sobre a sociedade pós-industrial, o capitalismo, as novas tecnologias e a flexibilização. Contudo, sabe-se que a ‘sociedade da informação’ vai além das questões de tecnologia e de capitalismo, pois se compreende que a informação se tornou um bem imaterial, que move a sociedade desde os primórdios até a atualidade com suas facetas e seus significados.

No caso em tela, a informação constitui-se o eixo principal para a formulação das políticas públicas em saúde, pois os atores envolvidos nesse processo atuam conforme as informações que possuem ao longo do da sua jornada. No que se refere à informação para formulação das políticas públicas em saúde pelos atores governamentais e não governamentais, observa-se que as fontes e a linguagem foram se transformando com o tempo, bem como o local de busca e armazenamento dessas informações, principalmente, com a informatização dos sistemas de informação em saúde. Portanto, infere-se que cada ator desses necessita de competências específicas para melhor execução das suas atribuições.

Especificamente, para a formulação das políticas públicas em saúde, urge enaltecer que se compreende a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, sendo dos órgãos de saúde a responsabilidade por todas as etapas da política pública, bem como pela sua divulgação, ou seja, suas informações.

Por fim, salienta-se que o processo de formulação das políticas públicas em saúde, no Estado da Bahia necessita de compartilhamento de informações, buscas corretas e meios de divulgação específicos, dentre outros, para que o ente governamental possa prosseguir para as fases de implementação, execução e acompanhamentos, tendo em vista que falhas na formulação comprometem as demais fases para que a política pública possa ser executada e população beneficiada.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa em tela é aplicada, exploratória, descritiva, bibliográfica e de levantamento com aplicação de entrevistas e análises de documentos. O método utilizado é o hipotético-dedutivo e a metodologia abordada consiste no desenho da pesquisa qualitativa, a qual permite uma compreensão do que é estudado, com a devida contextualização social, ao abordar uma complexidade inerente ao seu objeto, qual seja as competências infocomunicacionais dos atores envolvidos na formulação das políticas públicas em saúde.



**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Na primeira fase da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática, onde foram delimitadas as palavras-chaves: competências infocomunicacionais, competências operacionais, competências em informação, competências em comunicação e políticas públicas em saúde, a partir das seguintes bases de dados: Scielo, Biblioteca Virtual em saúde (BVS), Lilacs, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Portal Saúde, abarcando as seguintes áreas do conhecimento: Ciência da Informação, Direito, Sociologia, Políticas Públicas e Saúde.

Na segunda fase, no delineamento da pesquisa houve a coleta de dados a partir de uma pesquisa documental (regimento, resoluções e composição), além do levantamento de dados empíricos no ambiente de investigação: o Conselho Estadual de Saúde (CES/BA), local onde atuam os proponentes das políticas públicas em saúde, no Estado da Bahia.

Foi aplicado um roteiro de entrevista, como piloto, tendo em vista que a pesquisa está em andamento, com 02 (dois) atores presentes no Conselho Estadual de Saúde no Estado da Bahia, representes nos segmentos usuário e do segmento dos trabalhadores na área de saúde, no intuito de verificar o objetivo proposto, qual seja: a discussão sobre as competências infocomunicacionais demandadas dos atores governamentais e os não governamentais, que participam do processo de formulação de políticas públicas em saúde, partindo-se do quadro sobre as competências infocomunicacionais de Jussara Borges (2013). Ressalta-se que a pesquisa está sedimentada no estudo da literacia informacional dos atores, que atuam no âmbito do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia, portanto, não há uma política ou programa em saúde específica, mas um olhar sob o processo de formulação das políticas públicas em saúde como um todo para o Estado.

Assim, adotou-se uma codificação, visando proteger a identidade dos entrevistados no piloto da pesquisa. Os dois entrevistados são atores não-governamentais, conforme modelo teórico de Kingdon (1995) e serão representados pela sigla ANG, acompanhada de numeração (ANG1 e ANG2). O roteiro de entrevista contou de doze perguntas sobre o fluxo informacional e as competências infocomunicacionais desses atores.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O primeiro entrevistado foi um dos representantes do seguimento dos usuários da saúde pública no Estado da Bahia. ANG1 ressaltou a importância do desenvolvimento das políticas públicas em saúde em consonância com as necessidades locais, bem como a

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

interferência política para formulação e execução destas em diversas localidades do Estado.

No tocante as impressões sobre suas competências infocomunicacionais, ANG1 afirmou desconhecer a utilização dessa expressão. Mas, ao ser indagado sobre a competência operacional reconhece que sabe utilizar o computador e suas ferramentas de navegação. ANG1 compreendeu tal competência não apenas como a utilização de tecnologias e internet, pois disse que sabe operacionalizar as etapas de uma política pública em saúde, para que esta possa ser executada pelo governo.

Quanto às competências comunicacionais adota os mecanismos de acesso e divulgação das informações, além de possuir um diálogo articulado com os demais setores envolvidos. Destaca-se, ainda, que ANG1 reconhece suas poucas habilidades com os sistemas de informação em saúde e com a tecnologia. Contudo, ele diz não se sentir desconhecedor das informações necessárias, pois possui um corpo de auxiliares engajados nessa tarefa.

Já no que se refere às competências em informação ANG1 descreve suas fontes como sendo os líderes municipais que, constantemente, entram em contato com ele para solicitar orientações com relação a prestação dos serviços de saúde pelo Estado da Bahia. Além deles, ANG1 atende demais usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir dos grupos de pressão, como os grupos de apoio a determinadas enfermidades. Outra fonte de informação vem da relação já estabelecida com prestadores de serviços em saúde pública e entidades de pesquisas. Entretanto, não há um procedimento normativo institucional que oriente a busca e a utilização dessas fontes como determinantes da formulação de uma política pública em saúde, o que enfraquece o profissionalismo, a tecnicidade, as próprias competências dos atores envolvidos, ainda que sejam úteis as políticas formuladas.

O segundo entrevistado foi um dos representantes do seguimento dos prestadores de serviço da saúde pública no Estado da Bahia, ANG2, quem enalteceu as dificuldades enfrentadas pelos prestadores de serviços em saúde no Estado da Bahia para continuarem com a labuta pública, em virtude da escassez de recursos humanos, materiais e financeiros para uma prestação de qualidade.

No tocante as competências infocomunicacionais ANG2 também afirma desconhecer tal expressão. Nas competências operacionais, ANG2 reconhece que possui um bom domínio da tecnologia, mas entende que o acesso aos meios operacionais não atinge a todos os prestadores de saúde no Estado da Bahia.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Já quanto às competências comunicacionais, ANG2 destaca que as informações precisam ser veiculadas pelas mídias de massa e defende uma linguagem acessível das questões de saúde para a população. AGN2 pausou a fala e afirmou que muitos prestadores de serviço em saúde ainda guardam informações e lamenta essa prática.

Por fim, nas competências em informação, ANG2 diz desconhecer tal competência e quando indagado se acessa, avalia, relaciona e utiliza uma informação facilmente, disse que esta é uma dificuldade na saúde, pois os sistemas de informação em saúde apresentam-se defasados e incipientes para contribuir de forma eficaz. ANG2 defende que há uma reserva de mercado atrelada a questões políticas que impede a circulação das informações de maneira eficiente e eficaz para a população, com severos impactos no coletivo. AGN2 acredita que uma divulgação maior das informações iria contribuir para o compromisso de toda sociedade na fiscalização e cobrança dos serviços prestados.

Assim, observa-se que, na análise desses dados, os atores partícipes da entrevista piloto conduzem ao resultado de que as competências infocomunicacionais precisam ser promovidas entre os atores que formulam as políticas públicas em saúde no intuito de auxiliar os fluxos informacionais envolvidos na formulação de políticas públicas.

## **6 CONCLUSÃO**

O advento das discussões sobre as competências infocomunicacionais é recente na sociedade brasileira. Contudo, percebe-se sua aplicabilidade, ao passo em que o indivíduo ao expandir suas competências operacionais, informacionais e comunicacionais precisa se conectar com outras pessoas de formas diversas para obtenção de informações e suas transformações em uma sociedade. Os atores 'governamentais' e/ou 'não governamentais' são agentes precursores nessa dinâmica, haja vista que para formular uma política pública não basta um modelo teórico como uma receita de bolo, é preciso uma escuta inteligente dos envolvidos e habilidades variadas. Enfim, as atribuições e exigências desses atores não são as mesmas de 20 (vinte) anos atrás, portanto, velhas formas de formular políticas não cabem nessa sociedade da informação. É preciso redefinir o perfil desses atores, para que as políticas públicas em saúde consigam sair do papel e, caso saiam, consigam ser executadas com seu devido planejamento.

Nesse contexto, as competências infocomunicacionais dos 'atores' no processo de formulação das políticas públicas em saúde carecem de investigações, assim como tais

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

competências necessitam de maior divulgação, para que a política pública em saúde possa ser formulada com maior precisão, tendo em vista que quanto mais bem formulada for a política mais facilmente será implementada na sociedade.

Ao Estado, por sua vez, não cabe o papel omissivo face às transformações advindas com a tecnologia e os ciberespaços, sendo fundamental sua inserção nessa nova era com a utilização adequada dos recursos tecnológicos para benefício da coletividade, como demonstram os sistemas de informação em saúde, tais como: o Datasus e a Rede interagencial de informação em saúde no Estado da Bahia (RIPSA/BA).

Ademais, vale evidenciar que a informação é um direito fundamental no Brasil que, ainda galga espaços com dificuldades, pois não é uma Lei de Acesso à Informação, nem tampouco políticas públicas em saúde, educação e tecnologia, com a inclusão digital, que farão do cidadão desse país um agente participativo e transformador de sua realidade. É preciso desenvolver as competências e se conectar com os conteúdos e com as pessoas.

Outrossim, a ausência de uma dessas competências interfere diretamente no desenvolvimento das demais, a exemplo do agente público que não possui habilidades com a internet e com os *softwares* da área ou o agente que até possui as competências operacionais, mas não sabe avaliar uma informação para inseri-la na política ou o agente que avalia bem a informação, mas não possui habilidades para um trabalho conectado em rede de colaboração.

Por fim, é preciso compreender que as competências não se esgotam neste trabalho, pois são diversas para cada necessidade humana, além dos avanços tecnológicos e humanistas que permanecem em evolução nas sociedades.

## **REFERÊNCIAS**

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS/ ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY. **Information literacy standards for student learning**: standards and indicators. Chicago: ALA, 1998. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em perspectiva**, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BELLUZZO, R. C. B., SANTOS, C. A, ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v.19, n.2, maio/ago. 2014. Disponível em:

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

<<http://www.uel.br/revistas/informação>> Acesso em: 1 ago. 2016.

BORGES, J. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais: evidências a partir de organizações da sociedade civil de Salvador**. Salvador: Edufba, 2013.

BORGES, Jussara. BRANDÃO, Gleise. Competências em comunicação no ciberespaço: um novo desafio às organizações da sociedade civil. In: OLIVEIRA, Lídia. BALDI, Vania. **A insuportável leveza da web: retóricas, dissonâncias e práticas na sociedade em rede**. Salvador: EDUFBA, 2014.

BORGES, Jussara; CERQUEIRA, Aluísio. Indicadores para observação de competências Infocomunicacionais. In: **Competência em Informação: políticas públicas, teoria e prática**. Fernanda Maria Melo Alves, Elisa Cristina Delfini Corrêa, Elaine Rosângela de Oliveira Lucas (organizadoras). Salvador: EDUFBA, 2016.

BUNDY, A. **El marco para la alfabetización informacional em Australia y Nueva Zelanda. Principios, normas y práctica**. Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios. Año18, n. 73, p. 109-120, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2000. GILSTER, P. **Digital literacy**. New York: Wiley, 1997.

JACOBSON, T.E.; MACKEY, T.P. Proposing a metaliteracy model to redefine information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 7, n. 2, p. 84-91, 2013.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. United States of America: Addison-Wesley Longman, 1995.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 26-34, Dec. 2003.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392003000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 9 out. 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACKEY, T.P.; JACOBSON, T. E. **Reframing Information Literacy as a Metaliteracy**. College & Research Libraries, v. 72, n. 1, p. 62-78, 2011.

PINTO, Isabela C. de Matos. **Ascensão e queda de uma questão na agenda governamental: o caso das organizações sociais da saúde na Bahia**. Tese (doutorado). Orientadora: Professora Dra. Celina Souza. Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2004.

SIEMENS, G. **Conociendo el conocimiento**: Nodos Ele, 2010.

SIEMENS, George (2004). **Conectivismo: Uma teoria de Aprendizagem para a idade digital**. Disponível em: [http://wiki.papagallis.com.br/George\\_Siemens\\_e\\_o\\_conectivismo](http://wiki.papagallis.com.br/George_Siemens_e_o_conectivismo). Acesso em: 15 out. 2010.

SIEMENS, George. **A informação torna-se conhecimento através das conexões**. Disponível em: <http://www.educare.pt/educare/Educare.aspx>. Acesso em: 5 out. 2010.

TEIXEIRA, Carmen F.; VILASBÔAS, Ana L. Q.; JESUS, Washington L. A de. Proposta metodológica para o planejamento no sistema único de saúde. In: **Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências**. Organizadora Carmen Teixeira. Salvador: EDUFBA, 2010.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. As redes e a difusão de inovações. In: PEDROZA, F.; LÁZARO, C.; PEREIRA, H. **Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde**. Salvador: EDUFBA. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

WERTHEIN, J. **A sociedade da informação e seus desafios**. Revista Ciência da Informação, Brasília, v.29, n 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

ZURKOWSKI, P. G. **Information services environment relationships and priorities**. Washington: National Commission on Libraries. 1974.